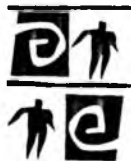


Ação em Rede

Setembro de 1999

Vol 03



São Paulo, setembro de 1999 - ano 3 - n.º 20

ação
em rede

Encontro recomenda maior articulação entre governos e organizações sociais

A largar o conceito de educação de jovens e adultos na direção da formação básica e continuada ao longo da vida, compreendida como direito básico da cidadania. Promover a educação de jovens e adultos como política intersetorial e interinstitucional articulada, sob a coordenação do Ministério da Educação. Ampliar as fontes de financiamento para a educação de jovens e adultos mediante a defesa dos recursos vinculados na reforma tributária, e a derrubada do veto presidencial à lei que regulamenta o FUNDEF. Reconvocar a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos com a participação das esferas públicas e da sociedade civil. Ampliar as oportunidades de formação inicial e continuada de educadores de jovens e adultos, com maior participação das universidades. Apurar dados mais abrangentes sobre a oferta, compreendendo o ensino básico, a formação profissional e para a cidadania dos jovens e adultos nas modalidades formais e não formais. Consolidar e expandir a experiência dos fóruns estaduais de educação de jovens e adultos. Essas são as principais recomendações do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), que reuniu no Rio de Janeiro, de 8 a 10 de setembro, trezentos representantes de estados, municípios, universidades, organismos do sistema S, movimentos sociais, sindicatos e organizações civis provenientes das 28 Unidades da Federação.

O ENEJA foi aberto em 8 de setembro pelos representantes das oito instituições promotoras com a leitura da mensagem do Diretor Geral da UNESCO, Federico Mayor, por ocasião do Dia Internacional da Alfabetização. O representante latino-americano da UNESCO, Jose Rivero, analisou os influxos dos informes Jacques Delors e Perez de Cuéllar para o alargamento conceitual operado em 1997 pela V

Conferência Internacional de Educação de Adultos de Hamburgo. O debatedor Carlos Roberto Jamil Cury, do Conselho Nacional de Educação, valorizou a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional por assegurarem à população jovem e adulta o direito universal ao ensino fundamental gratuito, e criticou o anteprojeto de reforma tributária por reduzir as fontes de financiamento para a educação pública. A redução dos recursos vinculados à educação na proposta de reforma tributária também foi a ênfase do pronunciamento do Presidente do Conselho de Secretários de Educação, Elrem Maranhão que, assim como o Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação, Neraldo de Azevedo, apontou a escassez das fontes de financiamento como a principal limitação para que estados e municípios ampliem a oferta e melhorem a qualidade da educação de jovens e adultos.

Participação do Governo Federal - Nas nove mesas redondas e painéis, o governo federal teve oportunidade de divulgar os projetos que desenvolve no campo da educação de jovens e adultos: o Ministério da Educação enfatizou o apoio técnico-financeiro aos estados e municípios; o Ministério do Trabalho mostrou o Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional; o Conselho da Comunidade Solidária expôs os resultados do Programa de Alfabetização no Norte e Nordeste e o projeto piloto para os grandes centros urbanos; o Ministério da Política Fundiária apresentou o Programa de Educação na Reforma Agrária; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais admitiu as limitações dos dados oferecidos pelo Censo Escolar. Ficaram patentes a desarticulação das iniciativas federais e o padrão dual do financiamento público: muito escasso para a educação geral e mais farto para a formação profissional.

Papel da sociedade civil – Órgãos públicos e universidades, empresas e sindicatos, movimentos sociais e organizações não governamentais, todos enfatizaram a parceria como estratégia privilegiada para o desenvolvimento de programas de educação de jovens e adultos. Parceria foi uma das expressões chave do Encontro Nacional, sujeita a múltiplas interpretações, desde aquela que privilegia o voluntariado e a filantropia, até a que reivindica a construção de um espaço público não estatal. Prevaleceu a posição de que as organizações da sociedade civil, pela capilaridade, sensibilidade social e inventividade que as caracterizam, podem contribuir para a experimentação pedagógica e para atender à diversidade das necessidades formativas da população jovem e adulta, mas jamais poderão substituir o Estado na tarefa da universalização dos direitos educativos.

EDITORIAL

Sinal de vitalidade

O Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos deu mostras da vitalidade da sociedade brasileira para, mesmo em condições pouco propícias, gerar alternativas para enfrentar os desafios educacionais. A reunião configurou um espaço de intercâmbio, análise, crítica e exercício de convivência na diversidade: governantes e líderes de movimentos sociais, empresários e sindicalistas, técnicos e gestores, acadêmicos e militantes mostraram disposição de trocar experiências e confrontar análises e propostas num ambiente franco e democrático.

As sessões plenárias pareceram insuficientes para dar vazão à necessidade de comunicação dos trezentos educadores provenientes dos 27 estados brasileiros, que tinham muito a contar sobre atividades de formação de educadores, mobilização de comunidades, levantamento de recursos, negociação política, pesquisa, implementação e avaliação de projetos, de modo que as conversas prolongavam-se pelos corredores, restaurantes e caminhadas pela orla. Se fosse possível registrar todos esses diálogos, talvez conseguíssemos compor um painel da riqueza e diversidade de experiências que a educação de jovens e adultos comporta hoje em nosso país.

Moções A plenária do Encontro Nacional aprovou três moções: a primeira delas repudia o veto presidencial que excluiu as matrículas na educação fundamental de jovens e adultos dos cálculos do FUNDEF; a segunda pleiteia que o Congresso Nacional, ao proceder a reforma tributária, mantenha o Salário Educação e incremente as fontes de recursos para o financiamento da escolarização básica nos diferentes níveis e modalidades; a terceira, convoca o Ministério da Educação a assumir (com o concurso dos atores sociais interessados na temática) a coordenação de uma política nacional de educação de jovens e adultos, por meio de uma ampla discussão nacional, assim como a defesa política de recursos orçamentários que assegurem o cumprimento dos direitos educativos estabelecidos na Constituição Federal na Lei de Diretrizes e Bases.

Revelou-se no Encontro uma aspiração generalizada de que o MEC assumisse de modo mais incisivo a coordenação de uma política nacional de educação de jovens e adultos, assistido por comissão consultiva com representação de órgãos públicos das três esferas de governo (inclusive os dedicados à qualificação profissional), universidades e organizações civis (igrejas, sindicatos, ONGs, sistema S, etc.). A Secretaria de Educação Fundamental há meses vem prometendo a reconvocação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, mas sinaliza que sua nova composição privilegiará as instâncias estadual e municipal de governo. O protagonismo dos governos subnacionais neste campo é inquestionável. Na base da postura do MEC parece residir, porém, uma certa reserva à participação das organizações da sociedade civil em processos de decisão relativos a políticas sociais públicas, das quais são coadjuvantes. O Encontro do Rio anunciou a possibilidade de uma ampla articulação intersetorial e intersetorial em prol de uma política nacional de atenção ao direito dos jovens e adultos à educação básica de qualidade. Está nas mãos do Governo Federal decidir se vai ou não capitalizar essa convergência.

Secretários foram destaque - Um dos pontos altos do ENTEA foi a sessão de depoimentos de secretários de educação. Ancorando seus pronunciamentos sobre as políticas públicas de educação de jovens e adultos em reflexões de natureza pedagógica, Antenor Napolim, do Ceará, e Maria Selma de Moraes Rocha, de Santo André (SP), mostraram porque foram indicados para representar o CONSED e a UNDIME. Napolim enfatizou a gestão democrática do sistema de ensino direcionada para a meta da aprendizagem. Selma problematizou as mediações do sistema educacional nos processos de exclusão social e indicou diretrizes político-pedagógicas para uma educação pública democrática e inclusiva.

Metatóricas matemáticas - O ABC da (Udunatun): Programa de Erradicação do Analfabetismo no Tocantins gerou reações contritórias no público do Encontro. A típica campanha promovida pela Secretaria de Educação foi elogiada por alguns, que valorizaram a estratégia de mobilização do voluntariado, e criticada por outros, por adotar um conceito estrito de alfabetização e delegar responsabilidades públicas à sociedade. Como o slogan *De o Troco, o Troco*, a iniciativa incentivava os consumidores a doarem centavos do arredondamento de contas de água, luz e telefone para financiar a campanha. A representante do MST não perdeu: "(O problema da educação de adultos no Brasil não é dar o troco, mas acertar as contas".

Fugindo do tema - A intervenção da Deputada Federal Esther Grossi na mesa redonda sobre as políticas públicas frustrou os organizadores do Encontro. Tendo sido convidada a representar a Comissão de Educação da Câmara, esperava-se que a parlamentar tratasse das perspectivas de derrubada do veto presidencial à lei que regulamentou o FUNDEF ou dos projetos de Plano Nacional de Educação e Reforma Tributária. A Deputada, entretanto, preferiu tratar de metodologias de alfabetização a partir de sua experiência no GEEEMPA como psico-pedagoga.

Relatoria aproxima gerações de docentes - Em uma aula de dedicação, um discreto grupo de professores universitários assegurou o registro das mesas redondas e painéis de debates do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Quem passou pela sala de apoio presenciou o supracitado encontro e diferentes gerações de docentes e pesquisadores elaborando os relatórios do evento. Sob a coordenação de Timothy Ireland (UEPB), lá estiveram Antônio Príncipe (UNIRIO), Any Dutra (UERJ), Berta Reis do Vale (UERJ), Celso Beisiegel (USP), Leônicio Gomes Soares (UEMG), Maria Margarida Machado (UEGO), Osmar Fátvero (UFF), Pedro Garcia (PUC/RJ), Sônia Kummert (UFF) e Sônia Vargas (Universidade Estadual de São Paulo).



Fórum dos fóruns - Representantes dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, da Grande Vitória (ES), São Paulo e Rio Grande do Sul reuniram-se no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro na manhã do dia 8 de setembro para trocar experiências e elaborar um documento de subsídio ao ENTEA. O texto pode ser consultado na home page de **Ação Educativa** no endereço: www.acaoeducativa.org/public2.htm.

Fórum consultivo avalia V CONFINTEA

Manila, capital das Filipinas, sedia de 25 a 27 de setembro o Fórum Consultivo Internacional de Acompanhamento dos compromissos firmados na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997). O Fórum subsidiará o informe que será levado à Conferência Geral da UNESCO de Paris e as estratégias futuras de implementação da Agenda para o Futuro. A convite da UNESCO, o Brasil será representado em Manila pelo Secretário de Educação de Pernambuco, Efraim de Aguiar Maranhã, que acumula a presidência dos Conselhos Nacionais de Educação e de Secretários de Educação dos Estados. O relatório das reuniões sub-regionais da estratégia latino-americana de continuidade da V CONFINTEA será divulgado no evento pelo representante da UNESCO/OREALC.

Santo André educa para a inclusão social

Um currículo voltado à inclusão social precisa considerar a construção de conhecimentos como processo contínuo e valorizar as diferenças entre os educandos. Assim a Secretária de Educação e Formação Profissional deu início, no Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, ao relato do trabalho desenvolvido em Santo André, onde se acredita que, sem preconceitos, é possível construir uma escola única em que convivem crianças, jovens e adultos de diferentes identidades socioculturais. O município articula o MOVA (Movimento de Alfabetização), programas de ensino supletivo, profissionalizante e de acesso aos bens culturais como partes de um projeto de educação inclusiva que, negando a perspectiva compensatória, restabelece a educação de jovens e adultos como direito dos cidadãos ao acesso e a permanência em uma escola de qualidade.

O MOVA é desenvolvido em parceria com organizações da sociedade civil que têm interesse e experiência com alfabetização de jovens e adultos. A municipalidade se responsabiliza pela formação inicial e continuada dos educadores

indicados pelas comunidades, através de cursos, reuniões semanais e plantões permanentes. O MOVA municipal tem 82 salas e 1500 alunos, e articula-se no MOVA Regional, de que participam também Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e São Bernardo do Campo. Os educandos podem seguir seus estudos de suplência no SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos), que conta com 111 classes e 3700 alunos no ensino fundamental. A educação profissionalizante não vende ilusões de empregabilidade, procurando oferecer fontes alternativas de geração de renda.

O trabalho da secretaria de Santo André revela a importância da convivência das experiências diversas em um mesmo espaço institucional, propiciando a troca de aprendizagens entre o ensino regular os movimentos populares de educação. Autonomia e institucionalização pendem a velharia e ganham uma nova dimensão nesta gestão.

Contato: Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional: Pça. IV Centenário, Prédio Executivo, 4o andar - CEP 09015080 - Santo André - SP. Tel.: (11) 411-0720 - Fax: (11) 411-0777.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação ganha as ruas em 5 de outubro

Educação: um direito para a vida foi o slogan escolhido para a Campanha que organizações civis lançam publicamente em 5 de outubro às 10 horas na Estação Central são a defesa da educação básica de qualidade como direito de todos, maior investimento na educação pública e valorização dos educadores. Apresentado pelo ator Sérgio Mamberti, o ato contará com personalidades como o Presidente da UNDIME, Nerealdo Pontes de Azevedo, o bibliófilo e empresário José Mindlin e o Presidente da CNTE, Carlos Augusto Abicalil. Em tom festivo, o evento terá performance circence, show do grupo Afro Reggae e ensaio fotográfico sobre o trabalho infantil, que permanece em exposição na Central até o dia 15 de outubro.

ANOTE

26 a 30/9 - XXII Reunião Anual da ANPEd em Caxambu (MG). Tel.: (11) 3865-8725.

28 e 29/9 - Curso sobre abordagem de gênero em programas de geração de trabalho e renda. Informações na ADITEPP, tel.: (41) 223-3260.

30/8 a 01/9 - II Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos, Campus III da UNIEB, Juazeiro (BA). Tel.: (74) 811-7743/6860.

6/10 - Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, em Brasília. Tel: (61) 225-1003 ou pelo e-mail: ente@brnet.com.br

19 a 20/10 - I Seminário de Educação de Jovens e Adultos promovido pela Secretaria Estadual de Educação, em Maceió (AL), tel.: (82) 223-5460.

24 a 26/11 - 1º Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Mercosul. Informações no CES Pólo de Curitiba, e-mail: cespolo@aol.com.br ou pelo fone/fax (41) 222-00514.